

n.º 11447504, com domicílio na Rua Garcia da Horta, 4, rés-do-chão, 2795 Linda-a-Velha, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 2 de Abril de 1999, por despacho de 28 de Março de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação do arguido.

30 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elisa Marques*. — A Oficial de Justiça, *Eunice Lia Gaspar*.

Aviso de contumácia n.º 6603/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Elisa Marques, juíza de direito da do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 17179/97.0TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Eugénio de Sousa e Faro, filho de Eugénio Pereira e Faro e de Helena de Sousa e Faro, nascido em 27 de Junho de 1953, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16011865, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro por despacho de 12 de Dezembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por descriminalização.

30 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elisa Marques*. — O Oficial de Justiça, *José Ventura*.

Aviso de contumácia n.º 6604/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Barbosa, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que no processo comum (tribunal singular), n.º 10483/94.0JDLSB (283/96), pendente neste Tribunal contra o arguido Paulo António Lourenço Marques Gueifão, filho de Benedito Marques Gueifão e de Maria Teresa Lourenço Gueifão, natural de África do Sul, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Fevereiro de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8113092, com domicílio na Praça Álvaro Lopes, 21, 2.º, esquerdo, 2700 Amadora, por se encontrar acusado da prática de um crime de burla simples, previsto e punido pelo artigo 217.º do Código Penal, por despacho de 29 de Março de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

30 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Barbosa*. — A Oficial de Justiça, *Maria Rodrigues*.

Aviso de contumácia n.º 6605/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Barbosa, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 608/04.5PRLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido António Manuel Pereira Frazão, filho de Joaquim da Conceição Cavaco Frazão e de Adelaide Pereira Calça, natural de Alemanha, de nacionalidade portuguesa, nascido em 21 de Julho de 1971, casado, titular do bilhete de identidade n.º 10437394, com domicílio na Rua Batalha do Viso, 113, rés-do-chão, direito, 2900-270 Setúbal, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 4 de Julho de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 30 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Barbosa*. — A Oficial de Justiça, *Maria Rodrigues*.

Aviso de contumácia n.º 6606/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Barbosa, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 17077/01.4TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Jackilson Salvaterra Dias Silvério, filho de Berlindo Branco Vilela Silvério e de Henriqueta Salvaterra Sousa Dias, de nacionalidade portuguesa, nascido em 31 de Dezembro de 1974, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 16201800, com domicílio no Largo do Mercado, 5, 3.º, direito, 2745 Queluz, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, foi o mesmo declarado contumaz, em 29 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

31 de Março de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Barbosa*. — A Oficial de Justiça, *Ana Isabel Furtado*.

Aviso de contumácia n.º 6607/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Paula Barbosa, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 6848/93.3JDLSB (32/96), pendente neste Tribunal contra o arguido José Castelo de Oliveira, filho de Raul Custódio de Oliveira e de Maria José Castelo de Oliveira, natural de Golegã, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Outubro de 1943, titular do bilhete de identidade n.º 0015936, com domicílio na Urbanização Arneiro Corvos, 18, 2.º direito, Samora Correia, 2135 Samora Correia, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 22 de Janeiro de 1993, foi o mesmo declarado contumaz, em 31 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

4 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Paula Barbosa*. — A Oficial de Justiça, *Ana Isabel Furtado*.

Aviso de contumácia n.º 6608/2006 — AP. — A Dr.ª Maria José Nogueira, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 15682/96.8TDLSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Maria Gabriela Guerreiro de Deus de Campos Loução, filha de Francisco da Costa Campos Loução e de Maria de Lurdes Guerreiro de Deus Campos Loução, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido em 23 de Outubro de 1959, com domicílio na Rua Cândido de Figueiredo, 68, 3.º direito, Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 22 de Janeiro de 1996, por despacho de 3 de Abril de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por desistência de queixa.

4 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria José Nogueira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Soares*.

Aviso de contumácia n.º 6609/2006 — AP. — A Dr.ª Maria José Nogueira, juíza de direito do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 9144/04.9TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Fernando Jorge Fidalgo de Oliveira e Silva, filho

de Carlos Rosa de Oliveira e Silva e de Mariana de Jesus Fidalgo da Silva, natural de Portugal, Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 9 de Julho de 1954, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 4892508, com domicílio na Rua do Porto Santo, 5, 2.º, esquerdo, Sassoeiros, Carcavelos, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 24 de Março de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 3 de Abril de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

4 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria José Nogueira*. — A Oficial de Justiça, *Ana Calado*.

Aviso de contumácia n.º 6610/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Elisa Marques, juíza de direito da do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1337/00.4TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido José António de Jesus Geraldês, filho de João Alberto Geraldês e de Alice de Jesus Alves, natural do Barreiro, Barreiro, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Junho de 1958, solteiro, titular da identificação fiscal n.º 174661495 e do bilhete de identidade n.º 7699015, com domicílio no Bairro Calouste Gulbenkian, 12, cave, direita, Alcoitão, Estoril, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 454/91 de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 31 de Agosto de 1999, por despacho de 15 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por notificação do arguido.

7 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elisa Marques*. — A Oficial de Justiça, *Eunice Lia Gaspar*.

Aviso de contumácia n.º 6611/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Elisa Marques, juíza de direito da do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 101/03.3TLLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Divaldo Pegado Jesus, filho de Jorge Jesus e de Josefa Silveira Pegado, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 18 de Março de 1972, casado, titular da autorização de residência n.º 0364011, com domicílio na Rua Arco do Carvalhão, 86, 1.º, esquerdo, Lisboa, por se encontrar acusado da prática de crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 13 de Setembro de 1998, por despacho de 9 de Fevereiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por notificação do arguido.

7 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elisa Marques*. — A Oficial de Justiça, *Eunice Lia Gaspar*.

Aviso de contumácia n.º 6612/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Elisa Marques, juíza de direito da do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1915/95.1 SVLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Vítor Manuel Teixeira Pereira, filho de Filipe José da Costa Pereira e de Maria do Céu da Conceição Teixeira Pereira, natural de Portimão, nascido em 17 de Junho de 1967, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 9732118, com domicílio na Rua Luís de Camões, AAP, 1.º, esquerdo, Ponte da Bica, 2675 Caneças, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 14 de Novembro de 1995, por despacho de 6 de Abril de 2006,

proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o arguido se ter apresentado.

7 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elisa Marques*. — A Oficial de Justiça, *Maria Soares*.

Aviso de contumácia n.º 6613/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Elisa Marques, juíza de direito da do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 1810/96.7PKLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Jorge Lopes Martins, filho de Fernando Lopes Martins e de Maria José Lopes Augusto Martins, natural de Lisboa, Socorro, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 8 de Dezembro de 1952, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 5344475, com domicílio na Rua Manuel Joaquim Gama Machado, 2, rés-do-chão, direito, 2750-422 Cascais, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 25 de Outubro de 1996, por despacho de 19 de Abril de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

20 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elisa Marques*. — A Oficial de Justiça, *Maria Soares*.

Aviso de contumácia n.º 6614/2006 — AP. — A Dr.ª Maria Elisa Marques, juíza de direito da do 3.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 267/03.2PJLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Rui Nuno Ribeiro Namora, filho de Fernando Manuel Lourenço Namora e de Maria Liliana Martins Ribeiro Namora, natural de Lisboa, São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Janeiro de 1972, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 09763345, com domicílio na Rua Campo Mártires da Pátria, 100, 4.º, direito, 1150-227 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 27 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Abril de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas, e, ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

20 de Abril de 2006. — A Juíza de Direito, *Maria Elisa Marques*. — O Oficial de Justiça, *Júlio Pacheco*.

4.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 6615/2006 — AP. — A Dr.ª Ana Rita Varela Loja, juíza de direito do 4.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 15289/03.5TDLSB, pendente neste Tribunal contra a arguida Marieta Sequeira Santos, filha de Joaquim Inácio dos Santos e de Graciete Encarnação Sequeira, natural de Santiago do Cacém, de nacionalidade portuguesa, nascida em 27 de Outubro de 1967, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 7613119, com domicílio na Casa Jodili, 7, Vila Nova de Milfontes, 7600 Odemira, por se encontrar acusado da prática de três crimes de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticados em 9 de Setembro de 2003, 14 de Novembro de 2003 e 24 de Novembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 28 de Março de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresen-